

Resenha do Livro:

CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 7º ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

*Resenha por Edgar Indalecio Smaniotto**
UNESP/Marília

Dependência e Desenvolvimento na América Latina: uma obra e dois presidentes.

Dependência e Desenvolvimento na América Latina é uma das obras de Fernando Henrique Cardoso que maior repercussão teve nas Ciências Sociais em nível internacional. Escrita em parceria com o sociólogo chileno Enzo Faletto em 1965/67 no Chile. Nesta época, os dois sociólogos trabalhavam no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social, uma organização das Nações Unidas ligada a Cepal.

Dependência e Desenvolvimento, teria por objetivo: “*Esclarecer alguns pontos controvertidos sobre as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, constituíram-se como Nações e organizam Estados Nacionais que, como todo Estado, aspiram à soberania.*” (pp.7)

Os autores pretendem neste trabalho destacar a natureza política e social do desenvolvimento do continente Latino Americano, já que as preocupações dos economistas e dos planejadores até então estavam mais voltadas às relações econômicas.

Este trabalho também é fortemente caracterizado por seu ecletismo, sendo feita uma justaposição de partes da teoria do imperialismo, de corte mais leninista, com partes das colocações desenvolvimentistas da Cepal, sendo que a análise dialética foi empregada pelo prisma weberiano: da especificidade do capitalismo dependente associado (parecido com o capitalismo oriental analisado pelo sociólogo Alemão), em comparação ao capitalismo ocidental: europeu e norte-americano.

É trabalhada a problemática das classes sociais e as fases econômicas da América Latina e do Brasil. Sendo estas as seguintes: (a) sistema primário exportador orientado para fora; (b) sistema de substituições das importações orientado para dentro; e (c) internacionalização dos mercados nacionais.

Diante destas problemáticas são levantadas algumas hipóteses que pretendem dar conta de explicar o capitalismo Latino-Americano. Para os autores a estrutura social e política vai-se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade. Dessa maneira, considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico

Entretanto o povo não é um destes grupos transformadores, o povo aparece na obra como mero espectador ou no máximo figurante das principais decisões nacionais (Proclamação da República, Abolição da Escravidão, Independência do Brasil, etc). Para Fernando Henrique mesmo os operários da cidade não somavam ou formavam uma parcela significativa da população, sendo assim, impossível adjetivá-los de proletários.

Como os escravos, para Fernando Henrique, setores dominados não constituem uma classe social (em si, nem para si), dada a situação inicial da escravidão e depois da marginalização. Não há uma classe social com objetivos generalizantes de transformação da sociedade a partir da sua condição.

Mesmo que na década de 60 o Brasil já tivesse assistindo a um crescimento industrial, e, conseqüentemente, dos operários, ainda não haviam sido criadas as organizações autônomas de classe. Muito pelo contrário, no processo de representação desse segmento ocorria uma significativa manipulação pelo populismo na medida em que o próprio Estado cooptava importantes elementos do operariado para as suas hostes clientelísticas.

O que segundo Fernando Henrique, não mudara tão cedo: *“Considerando-se o que foi denominado de efeito de amortecimento provocado pelo engajamento contínuo de camadas não proletárias ao sistema industrial de produção (...), considerando-se ainda a efetiva multiplicação dos canais de melhoria de status dentro das empresas (...), e levando-se em conta, finalmente, a existência de meios institucionais para a expressão das insatisfações e inconformidades, é pouco provável que o comportamento do operariado brasileiro, a curto prazo, se caracterize pelo ímpeto revolucionário.”* (pp. 22)

A burguesia nacional não aparece com um papel muito melhor. Se houve uma Revolução Burguesa no Brasil, e Fernando Henrique concorda com essa tese, ela não seguiu os padrões tradicionais dos países centrais porque aqui a classe hegemônica desse

processo não foi exclusivamente à burguesia local. Mas esta aliada à antiga oligarquia. Fator decisivo para compreender o rumo tomado pelo capitalismo Burguês no Brasil.

As corporações internacionais também têm seu papel bastante destacado pelos autores que defendem a hipótese de que estas ao investirem muito mais do que na simples exportação de capital e importação de matérias-primas contribuíram efetivamente para a inserção do Brasil na internacionalização da produção ainda que de forma dependente. O Brasil não recebia só empréstimo, recebia indústrias completas, fazendo com que cerca de 40% do parque industrial brasileiro fosse de domínio internacional.

A internacionalização do parque industrial brasileiro portanto não teria na visão destes autores conseqüências negativas. Afinal o vínculo entre desenvolvimento e dependência externa é plenamente possível para FHC: *“Ademais, uma sociedade pode sofrer transformações profundas em seu sistema produtivo sem que se constituam, ao mesmo tempo, de forma plenamente autônoma os centros de decisão e os mecanismos de condicionamento”* (pp. 27)

Pela fragilidade das classes sociais brasileiras, do povo enquanto proletário e das elites locais dependentes do capitalismo internacional, Cardoso e Faletto, não poderiam deixar de destacar a função centralizadora do Estado nacional. Seja numa versão populista-nacionalista da era Vargas, ou numa versão já mais autoritária da ditadura militar, o Estado é um dos principais patrocinadores do crescimento econômico.

Assim é na articulação entre burgueses nacionais e internacionais com os do Estado brasileiro que reside o centro da teoria da dependência existente nessa obra: capital nacional, capital internacional e capital do Estado, formão uma tríade inseparável na formação do capitalismo brasileiro, pois o *“estado surge como um instrumento não só de regulação do sistema industrial, mas também como instrumento direto de sua constituição, através da criação de empresas públicas, autárquicas ou paraestatais. . . E o que é ainda mais marcante, não apenas os ramos tradicionais das indústrias básicas foram fomentados e inclusive criados pelo poder público, mas até indústrias de bens de consumo permanente, como a automotriz e as indústrias de bens intermediários, encontraram no Estado, durante as fases iniciais da instalação desses ramos industriais, seu protetor direto...Em certo sentido, as influências políticas prevaleceram sobre as econômicas na definição do processo de industrialização por parte dos grupos que subiram ao poder depois de 1930. A preocupação de formar um mercado interno capaz de estimular o desenvolvimento e de conduzi-lo posteriormente para uma expansão auto-sustentada não*

surgiu nem se transformou em política efetiva a partir dos setores empresariais.” (pp. 103-104)

Após esta análise macroeconômica da formação do capitalismo Latino-americano e brasileiro em especial, os autores concluem que os países Latino-americanos são incapazes de encontrarem uma via própria para o desenvolvimento econômico e social. Seus governos formados por amplas alianças (setor agrário, industrial e burocrático), não são capazes de criar uma alternativa própria de desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que as massas (povo), é incapaz de se organizar politicamente e fazer a revolução socialista.

Para Fernando Henrique a solução seria o *desenvolvimento-associado* (abrindo o mercado interno para fora), ou a revolução socialista. Mas como a segunda alternativa não teria apoio nem no proletariado brasileiro. A única alternativa é o *desenvolvimento-associado*. Afinal “*o desenvolvimento dependente permite incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apóia politicamente em um sistema de alianças distinto daquele que no passado assegurava a hegemônia externa.*” (pp. 141)

Fernando Henrique ao chegar no governo seguiu justamente suas idéias já desenvolvidas neste pequeno livro. Por isso para entender o governo Fernando Henrique Cardoso e os rumos que o atual governo petista vem tomando é necessária à leitura atenta desta obra. Escrita por nosso ex-presidente, e sem duvida muito lida por nosso atual presidente. Afinal Lula certamente deve ter um exemplar debaixo do travesseiro. Pelo menos é isso que indica a atual política econômica de seu governo. Ambos decidiram-se pelo modelo de *desenvolvimento-associado*.

* Filósofo, Mestrando em Ciências Sociais pela UNESP/Marília e Resenhista da Revista Macrocosmo (<http://www.revistamacrocosmo.com/>).
E-mail: edgarsmaniotto@yahoo.com.br